**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE** **DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes,

**[=]**, sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, n° 2.365, 7° andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministérios da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº[=], neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Fiduciante**” ou “**Emissora**”); e

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira atuando por meio de sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conjunto 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu contrato social, nomeada, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas (“**Agente Fiduciário**”);

(sendo a Fiduciante e o Agente Fiduciário doravante designados, conjuntamente, “**Partes**” e, individual e indistintamente, “**Parte**”)

e, ainda, na qualidade de interveniente,

**BANCO BMG S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, blocos 1, 2, 3 e 4, 9°, 10º e 14º andares, salas 94, 101, 102, 103, 104 e 141, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Interveniente**”);

**CONSIDERANDO QUE:**

* + 1. o Interveniente é uma instituição financeira e, no âmbito do Convênio, emite os Cartões de Crédito aos Devedores, **(1)** que permitem que Devedores realizem compras e/ou saques no território brasileiro; e **(2)** cujo pagamento do Valor Mínimo é, como regra geral, efetuado pelo INSS, por meio de consignação em folha de Benefício;
		2. por meio de operações de saque e/ou compra, entre outras, realizadas pelos Devedores com os Cartões de Crédito, o Interveniente origina os Direitos Creditórios;
		3. a Emissora é uma securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, e da Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, e tem por objeto a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas pelo Interveniente e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.686/00, do CMN; **(b)**a emissão e a colocação, pública ou privada, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com as suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; **(c)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e **(d)** a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.
		4. na reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em [=] de [=] de 2022, foram aprovadas **(1)** a [=]ª ([=]) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009; **(2)** a aquisição de Direitos Creditórios pela Emissora; e **(3)** a constituição da cessão fiduciária aqui constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio da celebração deste Contrato;
		5. a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Interveniente, do Agente de Cálculo e do Agente de Conciliação, celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie “Com Garantia Real”, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da VERT-16Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros”, datado de [=] de [=] de 2022 (“**Escritura**”);
		6. o Interveniente e a Emissora, com a interveniência do Agente de Cálculo, do Agente de Conciliação e do Agente Fiduciário, celebraram o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, datado de [=] de [=] de 2022 (“**Contrato de Cessão**”), por meio do qual o Interveniente cederá, e a Emissora adquirirá, os Direitos Creditórios Cedidos; e
		7. em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o valor total da dívida representada pelas Debêntures, acrescida da Remuneração, dos Encargos Moratórios aplicáveis, quaisquer custas e despesas judiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas, e quaisquer outras despesas de responsabilidade da Emissora previstas na Escritura (“**Obrigações Garantidas**”), a Fiduciante deseja ceder fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, os Direitos Onerados (conforme definidos no item 2.1 abaixo), sem prejuízo de outras garantias que venham a ser constituídas;

**RESOLVEM** celebrar o presente “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“**Contrato**” ou “**Contrato de Garantia**”), que será regido pelas seguintes disposições.

1. **DEFINIÇÕES**
	* + 1. Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão o significado que lhes é atribuído na Escritura.
2. **CESSÃO FIDUCIÁRIA**
	* + 1. Por meio do presente Contrato, a Fiduciante, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, cede fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, **(a)** a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos; **(b)** todos os direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Fiduciante contra o Agente de Recebimento, em razão da conta corrente específica nº [=], de titularidade da Emissora, mantida na agência nº [=], do Agente de Recebimento, e movimentada exclusivamente pela Emissora em conjunto do Agente Fiduciário (“**Conta Vinculada da Emissora**”); **(c)** todos os direitos creditórios emergentes da Conta Vinculada da Emissora referentes aos recursos nela depositados ou que venham a ser nela depositados; **(d)** todos os direitos creditórios emergentes da Conta Vinculada da Emissora referentes aos recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na referida conta; e **(e)** as aplicações existentes ou realizadas, de tempos em tempos, com os recursos recebidos na Conta Vinculada da Emissora, exclusivamente em Ativos Financeiros, nos termos estabelecidos na Escritura, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios (“**Direitos Onerados**” e “**Cessão Fiduciária**”, respectivamente).

Observada a Condição (conforme definida no item 3.1 abaixo), a Cessão Fiduciária ora constituída é, desde já, reconhecida pelas Partes e pelo Interveniente como existente, válida e perfeitamente formalizada, sendo os seus beneficiários finais os Debenturistas.

Pela Cessão Fiduciária, não será devida qualquer compensação pecuniária à Fiduciante.

As Partes e o Interveniente, de comum acordo, atribuem à Cessão Fiduciária o valor correspondente ao Saldo de Cessão Ajustado. Nos termos do Contrato de Cessão, o Agente de Cálculo assumiu a obrigação de apurar e informar o Saldo de Cessão Ajustado às Partes e ao Interveniente, em cada Data de Cálculo, por meio eletrônico, em formato previamente acordado.

* + - 1. Respeitada a Condição, a transferência da titularidade fiduciária dos Direitos Onerados, pela Fiduciante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, opera-se nesta data e subsistirá até o integral cumprimento, válido e eficaz, das Obrigações Garantidas.
			2. O depósito e a guarda dos Documentos Comprobatórios, bem como o fluxo de informações referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, observarão as disposições do Contrato de Cessão e da Escritura, das quais a Fiduciante e o Agente Fiduciário declaram, neste ato, ter plena ciência e que fazem parte deste Contrato, para todos os fins e efeitos de direito, como se aqui estivessem transcritas.
			3. Para os fins legais, a descrição das Obrigações Garantidas encontra-se no **Anexo I** a este Contrato.

Os demais termos e condições das Obrigações Garantidas estão descritos na Escritura, dos quais a Fiduciante e o Agente Fiduciário declaram, neste ato, ter plena ciência e que fazem parte deste Contrato, para todos os fins e efeitos de direito, como se aqui estivessem transcritos.

* + - 1. A Cessão Fiduciária é um direito contínuo, sendo que o cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importará exoneração correspondente da Cessão Fiduciária.

A Cessão Fiduciária continuará em pleno vigor e efeito, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, independentemente da invalidade ou inexequibilidade de qualquer outro Documento da Emissão, ou de qualquer questão que possa, de qualquer forma, exonerar a Fiduciante.

* + - 1. A Fiduciante obriga-se a notificar o Agente de Recebimento, em até 2 (dois) Dias Úteis, a respeito da Cessão Fiduciária, encaminhando-lhe uma cópia do presente Contrato e informando-lhe que, em razão da Cessão Fiduciária e da transferência da titularidade fiduciária dos Direitos Onerados ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, a Conta Vinculada da Emissora não poderá ser objeto de eventual bloqueio judicial ou extrajudicial em decorrência de quaisquer obrigações assumidas pela Fiduciante, nos moldes do **Anexo II** ao presente Contrato.

O Agente de Recebimento foi contratado, nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Depositário” celebrado entre o Agente de Recebimento, a Fiduciante, o Agente Fiduciário e o Interveniente (“**Contrato de Conta Vinculada da Emissora**”), para monitorar, reter, aplicar, resgatar e transferir os recursos na Conta Vinculada da Emissora.

Fica estabelecido que, respeitadas as disposições do [Contrato de Conta Vinculada da Emissora], os recursos recebidos na Conta Vinculada da Emissora serão movimentados exclusivamente pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, conforme operacional previsto exclusivamente no Contrato de Conta Vinculada da Emissora.

* + - 1. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, declara-se ciente e de acordo que, em conformidade com o artigo 5º da Resolução nº 2.686/00, do CMN, os pagamentos pela Fiduciante da Amortização de Principal, da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior, da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior, do Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Sênior, do Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Júnior e da Remuneração, nos termos previstos na Escritura, serão realizados com os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, os quais, por sua vez, integram a Cessão Fiduciária.

O Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, desde já, autoriza de forma expressa, irrevogável e irretratável que, a partir da Data de 1ª Integralização até a Data de Vencimento, sempre preservados os direitos, as garantias e as prerrogativas dos Debenturistas, os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros sejam alocados na Ordem de Alocação dos Recursos estabelecida na Escritura.

* + - 1. Após o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário se obriga a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento que sejam necessários para liberação dos Direitos Onerados, no prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] contados da data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

Sem prejuízo do disposto no item 2.8 acima, caberá à Fiduciante apresentar o termo de liberação ao competente cartório de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

1. **CONDIÇÃO DE EFICÁCIA E TERMOS DE ADITAMENTO**
	* + 1. Nos termos dos artigos 125 e 126 do Código Civil e sem prejuízo das demais disposições do presente Contrato, a eficácia da Cessão Fiduciária exclusivamente em relação aos Direitos Creditórios Cedidos está sujeita à ocorrência, cumulativamente, dos seguintes eventos, a serem verificados com relação a cada Data de Aquisição e Pagamento, **(a)** o pagamento do Preço de Aquisição pela Fiduciante ao Interveniente, referente à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos; e **(b)** a celebração do Recibo de Cessão pela Fiduciante e pelo Interveniente (“**Condição**”).
			2. As Partes deverão celebrar um termo de identificação dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos que, em cada Data de Aquisição e Pagamento e sujeito à Condição, passarão a integrar a Cessão Fiduciária, nos moldes do **Anexo III** ao presente Contrato e observado, ainda, o previsto no item 3.2.2 abaixo (“**Termo de Identificação dos Devedores**”).

Cada Termo de Identificação dos Devedores conterá, além do número de Benefício e do número de CPF, a identificação dos Devedores por número do contrato.

Os Termos de Identificação dos Devedores deverão ser assinados pelas Partes, por meio físico ou eletrônico, neste último caso, com certificação digital pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e levados a registro nos termos do item 8.13 abaixo.

Observados os procedimentos para formalização da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, estabelecidos no Contrato de Cessão, a Fiduciante e o Interveniente se obrigam a comunicar o Agente Fiduciário com, no mínimo, [2 (dois) Dias Úteis] de antecedência acerca da necessidade de celebração de um novo Termo de Identificação dos Devedores.

1. **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA FIDUCIANTE**
	* + 1. A Fiduciante, neste ato, declara e garante ao Agente Fiduciário que:
				1. é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis aplicáveis e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
				2. está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, as aprovações societárias da Emissão e da celebração do Contrato de Cessão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

* + - * 1. as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato têm poderes suficientes para tanto;
				2. as obrigações contidas neste Contrato são legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, constituindo obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
				3. a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações aqui previstas **(1)** não infringem **(i)** o seu estatuto social; **(ii)**disposição legal, contrato ou instrumento de que é parte; e/ou **(iii)** qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que está vinculada; e **(2)** não resultarão em **(i)** vencimento antecipado de obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que é parte; **(ii)** rescisão de qualquer contrato ou instrumento de que é parte; e/ou **(iii)** criação de qualquer Gravame sobre qualquer de seus ativos ou bens;
				4. pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades, quando aplicáveis;
				5. verificada a Condição, os Direitos Onerados cedidos fiduciariamente serão de sua legítima, única e exclusiva titularidade, e estarão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
				6. o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato não resultará em violação de qualquer lei, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro, que lhe seja aplicável;
				7. possui patrimônio suficiente para garantir o cumprimento de suas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista ou previdenciária e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exigíveis nesta data;
				8. ressalvada a Condição, não tem conhecimento da existência de qualquer fato que possa afetar, impedir ou restringir a constituição da Cessão Fiduciária ou a sua excussão; e
				9. observada a Condição, a Cessão Fiduciária constituída nos termos deste Contrato configura um direito real de garantia, válido, legal e exequível em conformidade com os termos e condições aqui estabelecidos.
			1. A Fiduciante deverá manter o Agente Fiduciário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das declarações contidas no item 4.1 acima, adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade de qualquer dessas declarações.
1. **EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA**
	* + 1. Ocorrendo o inadimplemento das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário poderá excutir a Cessão Fiduciária e tomar todas as medidas necessárias para garantir a execução do direito de garantia conforme o presente Contrato, devendo notificar, por escrito, o Agente de Recebimento e requisitar-lhe as movimentações financeiras pertinentes na Conta Vinculada da Emissora, passando a exercer sobre os Direitos Onerados todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, podendo utilizar parte ou a totalidade dos recursos depositados na Conta Vinculada da Emissora para satisfazer as Obrigações Garantidas, dispor, cobrar, receber, realizar, vender, ceder, resgatar ou amortizar os Direitos Onerados, total ou parcialmente, conforme preços, valores, termos e condições que considerar apropriados, aplicando o produto daí decorrente no pagamento das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer impostos, custos e despesas relacionados à execução da Cessão Fiduciária, respeitado o disposto nos demais Documentos da Emissão, e assinar quaisquer documentos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, independentemente de qualquer notificação à Fiduciante, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

Para fins do disposto no item 5.1 acima, fica o Agente Fiduciário constituído, de forma irrevogável e irretratável, de todos os poderes para realizar os atos que se fizerem necessários à excussão da Cessão Fiduciária, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

* + - 1. Todos os recursos recebidos na Conta Vinculada da Emissora deverão ser direcionados para o pagamento das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer impostos, custos e despesas relacionados à execução da Cessão Fiduciária.

Após o pagamento integral das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer impostos, custos e despesas relacionados à execução da Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário deverá instruir o Agente de Recebimento a transferir imediatamente todos os recursos remanescentes referentes aos Direitos Creditórios, que eventualmente estejam depositados na Conta Vinculada da Emissora ou aplicados em Ativos Financeiros, para a Conta Autorizada do Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.

* + - 1. A Fiduciante se compromete a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário para cumprir as disposições estabelecidas na presente cláusula 5, inclusive para o atendimento de exigências previstas nas leis e nos regulamentos aplicáveis, necessárias para a execução da Cessão Fiduciária.
			2. As Partes e o Interveniente acordam que, caso a Cessão Fiduciária venha a ser parcialmente excutida, por qualquer motivo, todos os termos e condições deste Contrato permanecerão válidos e exequíveis até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente pagas e quitadas.
			3. Fica, desde já, estabelecido que, após a excussão da Cessão Fiduciária, caso os recursos obtidos na forma desta cláusula 5 não sejam suficientes para o pagamento integral das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer impostos, custos e despesas relacionados à execução da Cessão Fiduciária, sem prejuízo de outras obrigações assumidas pela Fiduciante nos demais Documentos da Emissão, a Fiduciante permanecerá responsável pelo pagamento do eventual saldo devedor das Obrigações Garantidas, respeitadas as disposições da Escritura, notadamente do seu item 5.14.

1. **CONFIDENCIALIDADE**
	* + 1. As Partes e o Interveniente obrigam-se, por si e por seus respectivos Representantes, a manter confidencialidade a respeito de todas as Informações Confidenciais a que tiverem acesso por meio ou no âmbito da negociação ou do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, antes ou após a assinatura do presente Contrato.
			2. A obrigação de confidencialidade prevista nesta cláusula 6 não será aplicável às Informações Confidenciais que:
				1. forem de domínio público ao tempo da revelação;
				2. após a revelação, tornem-se de domínio público ou acessíveis ao público de forma geral, sem que tenha ocorrido qualquer violação ao presente Contrato;
				3. antes da revelação, estejam legal e comprovadamente sob o domínio de uma Parte ou do Interveniente, e tenham sido adquiridas por outras formas que não por meio da revelação das Informações Confidenciais por qualquer Parte ou pelo Interveniente, ou por qualquer de seus respectivos Representantes;
				4. tenham que ser reveladas em virtude de qualquer decisão ou ordem judicial, arbitral ou administrativa, de qualquer juízo, tribunal ou outra autoridade governamental; ou
				5. cuja divulgação seja necessária no âmbito da oferta das Debêntures.

Na hipótese do item 6.2(d) acima, a Parte ou o Interveniente obrigado a revelar as Informações Confidenciais, **(a)** comunicará imediatamente à Parte ou ao Interveniente que terá as suas Informações Confidenciais reveladas, por escrito, sobre tal obrigação de divulgação, de forma a possibilitar que a referida Parte ou o Interveniente adote as medidas extrajudiciais ou judiciais cabíveis; **(b)** revelará apenas a parcela das Informações Confidenciais que, com base em avaliação justificada de seus assessores jurídicos, for obrigado a divulgar, sem prejuízo da manutenção do sigilo às demais Informações Confidenciais; e **(c)** envidará seus melhores esforços para assegurar que todas as Informações Confidenciais divulgadas sejam tratadas como sigilosas. Quaisquer Informações Confidenciais divulgadas nos termos do item 6.2(d) acima serão mantidas como confidenciais, nos termos desta cláusula 6, para todos os outros efeitos.

* + - 1. A utilização dos nomes ou das marcas de qualquer Parte ou do Interveniente por qualquer outra Parte ou pelo Interveniente, bem como qualquer publicidade relacionada aos serviços objeto do presente Contrato, dependerão da prévia autorização, por escrito, da Parte ou do Interveniente a que essas informações se referirem.
			2. A obrigação de confidencialidade prevista nesta cláusula 6 subsistirá à rescisão ou ao término do presente Contrato, seja por que motivo for, e permanecerá válida e em pleno vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos.
1. **COMUNICAÇÕES**
	* + 1. Todas as comunicações entre as Partes e o Interveniente relacionadas a este Contrato deverão ser encaminhadas para os endereços abaixo:
				1. se para a Fiduciante: [**Nota SF**: Favor informar dados de notificação]

**VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros

05407-003 São Paulo – SP

At.: [=] / [=]

Tel.: [=]

E-mail: [=]

* + - * 1. se para o Agente Fiduciário: [**Nota SF**: Favor informar dados de notificação]

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conjunto 1401, Itaim Bibi

04534-002 São Paulo – SP

At.: [=]

Telefone: [=]

E-mail: [=]

* + - * 1. se para o Interveniente:

**BANCO BMG S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, blocos 1, 2, 3, 4, 9º, 10ºe 14º andares, salas 94, 101, 102, 103, 104 e 141, Vila Nova Conceição

04543-000 São Paulo – SP

At.: Sr. Celso Augusto Gambôa / Sr. Daniel Karam Abdallah

Telefones: (11) 3067-2218 / 3067-2223

E-mails: celso.gamboa@bancobmg.com.br / daniel.karam@bancobmg.com.br

* + - 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento”, expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por e-mail, nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) ou haja resposta do destinatário.
1. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
	* + 1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade: As Partes e o Interveniente celebram o presente Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.
			2. Modificação: Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelo Interveniente.
			3. Interpretação: As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, grafados em português, bem como, quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes ou pelo Interveniente, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com o conceito consagrado pelos usos e costumes do mercado de capitais local.
			4. Renúncia: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer Parte ou ao Interveniente em razão de qualquer inadimplemento das Partes ou do Interveniente prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes ou pelo Interveniente neste Contrato, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
			5. Independência das Disposições: A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes e pelo Interveniente, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula do presente Contrato, as Partes e o Interveniente, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e as condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes e do Interveniente quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
			6. Totalidade de Entendimentos: O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes e o Interveniente com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas anteriores à presente data.
			7. Conhecimento Prévio: As Partes e o Interveniente declaram que tiveram prévio conhecimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato, concordando expressamente com todos os seus termos.
			8. Cessão: Fica, desde já, convencionado que as Partes e o Interveniente não poderão ceder, constituir Gravame ou transigir com sua posição contratual ou quaisquer de seus direitos, deveres e obrigações assumidos neste Contrato, ressalvado o disposto no item 8.8.1 a seguir.

Fica assegurado ao Agente Fiduciário, exclusivamente na hipótese de sua substituição nos termos da Escritura, o direito de, a qualquer tempo, ceder ou transferir totalmente a sua posição contratual ou os seus direitos, deveres e obrigações assumidos no presente Contrato, permanecendo plenamente em vigor todos os direitos, deveres e obrigações do Agente Fiduciário aqui previstos, bem como este Contrato, em todos os seus termos e condições, em relação aos seus eventuais sucessores, sem quaisquer modificações nas condições aqui acordadas.

* + - 1. Contratantes Independentes: As Partes e o Interveniente são considerados contratantes independentes e nada no presente Contrato criará qualquer outro vínculo entre eles, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.
			2. Intervenientes: O Interveniente declara conhecer as obrigações aqui previstas e concorda em cumprir com todas as disposições do presente Contrato, em colaborar com a sua boa execução, em não praticar nenhum ato que possa conflitar ou violar as disposições deste Contrato, e em notificar, por escrito, imediatamente as Partes sobre qualquer ato, omissão ou fato que possa afetar o cumprimento do presente Contrato.
			3. Título Executivo: Este Contrato constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes e o Interveniente, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos do presente Contrato comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 814 e seguintes do Código de Processo Civil.

As Partes e o Interveniente elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para execução do presente Contrato.

* + - 1. Contagem de Prazos: Salvo disposição contrária neste Contrato, os prazos estabelecidos no presente Contrato serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
			2. Registro: O Interveniente deverá requerer o registro do presente Contrato, dos Termos de Identificação dos Devedores e dos seus eventuais aditamentos no cartório de registro de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às suas custas, observado o prazo máximo de [5 (cinco) Dias Úteis] contados da data de sua assinatura.

O Interveniente deverá, em até [2 (dois) Dias Úteis] após a obtenção do registro referido no item 8.13 acima, encaminhar 1 (uma) via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário, com cópia para a Fiduciante.

* + - 1. Despesas: Serão de responsabilidade do Interveniente todos os custos e despesas decorrentes do presente Contrato, inclusive aqueles relativos ao registro deste Contrato, dos Termos de Identificação dos Devedores e dos seus eventuais aditamentos no cartório de registro de títulos e documentos competente, bem como quaisquer impostos, custos e despesas relacionados à execução da Cessão Fiduciária.

Se o Agente Fiduciário vier a pagar qualquer dos custos ou despesas referidas no item 8.14 acima, o Interveniente deverá reembolsá-lo no prazo máximo de [7 (sete) Dias Úteis] contados do recebimento de comunicação nesse sentido.

* + - 1. Este Contrato é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.
1. **FORO**
	* + 1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer litígio ou controvérsia decorrente deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justos e contratados, as Partes e o Interveniente firmam o presente Contrato eletronicamente, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [=] de [=] de 2022.

|  |
| --- |
| **VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** |

|  |
| --- |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E****VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** |

Interveniente:

|  |
| --- |
| **BANCO BMG S.A.** |

Testemunhas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:RG nºCPF nº |  | Nome:RG nºCPF nº |

**ANEXO I**

[**Nota SF:** A ser revisado após finalização da escritura de emissão]

*Este anexo é parte integrante do* “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” *celebrado entre a VERT-16**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência do Banco BMG S.A., datado de [=] de [=] de 2022*

**DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

Os termos utilizados neste Anexo I, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão o significado que lhes é atribuído no Contrato.

|  |  |
| --- | --- |
| **Valor Total da Emissão** | O valor total da Emissão é de R$ [=] ([=] de reais), na Data de Emissão, sendo o montante de R$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) referente às Debêntures Sênior e o montante de R$[=] ([=]) referente às Debêntures Júnior |
| **Valor Nominal Unitário** | O Valor Nominal Unitário das Debêntures, independentemente da série, será R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão  |
| **Data de Emissão** | Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão será [=] de [=] de 2022 |
| **Quantidade Total de Debêntures** | Serão emitidas [=] ([=]) Debêntures, sendo 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões) de Debêntures Sênior e [=] ([=]) de Debêntures Júnior |
| **Número de Séries** | A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo **(a)** as Debêntures Sênior correspondentes às debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão; e **(b)** as Debêntures Júnior correspondentes às debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão |
| **Atualização do Valor Nominal Unitário** | O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente |
| **Remuneração das Debêntures Sênior** | Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures Sênior ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Sênior incidirão, a partir da Data de 1ª Integralização das Debêntures Sênior, juros remuneratórios que corresponderão à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, de acordo com a fórmula prevista na Escritura |
| **Remuneração das Debêntures Júnior** | Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures Júnior ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Júnior não incidirão juros remuneratórios |
| **Pagamento da Remuneração das Debêntures Sênior**  | Observados os termos definidos na Escritura, a Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de 1ª Integralização das Debêntures Sênior, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de [=] de 2022 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 de cada mês, até a Data de Vencimento, conforme a tabela que compõe o Anexo II-A à Escritura |
| **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Sênior** | Observados os termos definidos na Escritura, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Sênior será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 10 de cada mês, sendo que a primeira parcela será devida em 10 de [=] de 2023 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das Datas de Amortização, sendo certo que as Metas de Amortização das Debêntures Sênior serão determinadas conforme o disposto na Escritura, respeitadas, ainda, as disposições acerca da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior e do Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Sênior, previstas na Escritura |
| **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Júnior** | Observados os termos definidos na Escritura, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Júnior será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 10 de cada mês, sendo que a primeira parcela será devida em 10 de [=] de 2023 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das Datas de Amortização, sendo certo que as Metas de Amortização das Debêntures Júnior serão determinadas conforme o disposto abaixo, respeitadas, ainda, as disposições acerca da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior e do Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Júnior, previstas na Escritura |
| **Pagamento Condicionado e Ordem de Alocação dos Recursos Decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos**  | Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686/00, os pagamentos pela Emissora da Amortização de Principal, da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior, do Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Sênior, da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior, do Resgate Antecipado das Debêntures Júnior, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e dos demais valores devidos nos termos da Escritura estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios Cedidos, os quais, por sua vez, serão cedidos fiduciariamente em garantia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme disposto e no Contrato de Garantia. Deste modo, conforme o disposto no item 7.1 da Escritura, a não realização dos pagamentos devidos relacionados às Debêntures, em razão do não recebimento de recursos suficientes decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, não configurará, em hipótese alguma, o inadimplemento pela Emissora, não sendo devidos os Encargos Moratórios ou qualquer outro tipo de penalidade |
| **Vencimento** | Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures Sênior e as Debêntures Júnior terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [=] de [=] de 2027 |
| **Evento de Desalavancagem,**  | **(a)**verificação, pelo Agente de Conciliação, com base em informações disponibilizadas pelo Agente de Cálculo, em uma Data de Verificação, de que o Índice de Cobertura e/ou o Índice de Liquidez são menores que 1,00 (um inteiro); **(b)**não recebimento do Arquivo Retorno referente a uma Data de Recebimento do INSS, enviado pela Dataprev, até a Data de Verificação correspondente; ou **(c)**não recebimento do Arquivo de Prévia, enviado pela Processadora, até a Data de Verificação correspondente.A ocorrência do Evento de Desalavancagem enseja a mudança do regime de amortização da Amortização *Pro Rata* para a Amortização Sequencial. |
| **Eventos de Vencimento Antecipado** | Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, o Saldo Devedor das Debêntures tornar-se-á imediatamente exigível, devendo o Agente Fiduciário convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre, conforme o caso, o exercício da Opção de Compra pelo Cedente, ou por quem este indicar, ou os procedimentos a serem realizados, incluindo potencialmente a dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, observado o disposto na Escritura |
| **Amortização Extraordinária Facultativa** | Não será permitida a amortização extraordinária facultativa das Debêntures pela Emissora |
| **Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior** | A Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior, com ou sem a aplicação de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura |
| **Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior** | Na hipótese de **(a)** ocorrência de Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Sênior; ou **(b)** passar a ser adotado o regime de Amortização Sequencial, a Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior, caso, observada a Ordem de Alocação de Recursos prevista no item 5.14.1 da Escritura, haja recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures Júnior, observado o previsto na Escritura |
| **Resgate Antecipado Facultativo** | Caso o Cedente realize a Recompra Facultativa da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos, observados os termos e condições do [item 13.1 do Contrato de Cessão], a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, observado o disposto na Escritura |
| **Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Sênior**  | A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures, com ou sem a aplicação de prêmio, nas hipóteses descritas na Escritura |
| **Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Júnior** | A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Júnior caso ocorra o (e somente após a ocorrência do) Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures Sênior |
| **Local de Pagamento** | Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora **(a)** utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, enquanto as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou **(b)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não puderem ser realizados por meio do Escriturador, por outros mecanismos de transferência de recursos autorizados pelo BACEN |
| **Encargos Moratórios** | Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo a impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, aos seguintes Encargos Moratórios: **(a)** multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido; e **(b)** juros de mora, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, incidentes por dia decorrido, além das despesas incorridas para cobrança  |

O presente Anexo I, que resume as principais características das Obrigações Garantidas, foi elaborado com o objetivo de atender à legislação vigente. Este Anexo I não deve ser interpretado como modificação, alteração, cancelamento ou substituição de quaisquer termos ou condições relativas às Obrigações Garantidas, tampouco limitação dos direitos, deveres e obrigações assumidos pela Fiduciante, pelo Agente Fiduciário ou pelo Interveniente, nos termos do Contrato, do Contrato de Cessão ou da Escritura.

**ANEXO II**

*Este anexo é parte integrante do* “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” *celebrado entre a VERT-16**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência do Banco BMG S.A., datado de [=] de [=] de 2022*

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO AGENTE DE RECEBIMENTO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| São Paulo, [**data**].**BANCO BRADESCO S.A.** (“**Bradesco**”)Cidade de Deus, s/nº, Vila YaraOsasco – SP – BrasilAt.: Departamento de Ações e Custódia – Operações Estruturadas, Depositário e Escrituração de AtivosRef.: Cessão Fiduciária de Direitos Relativos à Conta VinculadaPrezado Senhor(a),**VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ sob o nº 43.564.421/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Fiduciante**”), vem, pela presente, comunicar que celebrou o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, datado de [=] de [=] de 2022, cuja cópia encontra-se anexa a esta notificação, por meio do qual cedeu fiduciariamente à **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira atuando por meio de sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conjunto 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0004-01 (“**Agente Fiduciário**”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie “com garantia real”, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Fiduciante, **(a)** todos os direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Fiduciante contra o Bradesco em razão da conta corrente específica nº[=], de titularidade da Fiduciante, mantida na agência nº [=], do Bradesco, e movimentada exclusivamente pela Fiduciante em conjunto com o Agente Fiduciário (“**Conta Vinculada**”); **(b)** todos os direitos creditórios emergentes da Conta Vinculada referentes aos recursos nela depositados ou que venham a ser nela depositados; **(c)** todos os direitos creditórios emergentes da Conta Vinculada referentes aos recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na referida conta; e **(d)** as aplicações financeiras existentes ou realizadas, de tempos em tempos, com os recursos recebidos na Conta Vinculada, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios.Sendo o que nos cumpria para o momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.Atenciosamente,

|  |
| --- |
| **VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** |

Recebido em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.Ciente:

|  |
| --- |
| **BANCO BRADESCO S.A.** |

  |

**ANEXO III**

*Este anexo é parte integrante do* “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” *celebrado entre a* *VERT-16**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência do Banco BMG S.A., datado de [=] de [=] de 2022*

**MODELO DE TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES Nº [**•**]**Por meio do presente termo de identificação dos devedores nº [•] (“**Termo de Identificação dos Devedores**”),**VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ sob o nº 43.564.421/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Fiduciante**”), e **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira atuando por meio de sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conjunto 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu contrato social, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas (“**Agente Fiduciário**”), nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Fiduciante e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Banco BMG S.A., datado de [=] de [=] de 2022 (“**Contrato de Garantia**”), identificam, por número de Benefício e número de CPF, no **Anexo** a este Termo de Identificação dos Devedores, os Devedores dos Direitos Creditórios que passarão a integrar, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, a Cessão Fiduciária constituída nos termos do Contrato de Garantia.[**Caso o Termo de Identificação dos Devedores seja assinado por meio físico:**A relação dos Devedores dos Direitos Creditórios constante do Anexo ao presente Termo de Identificação dos Devedores encontra-se gravada em CD.]* 1. O presente Termo de Identificação dos Devedores é celebrado em conformidade com o disposto no Contrato de Garantia e está sujeito aos seus termos e condições, constituindo parte integrante do Contrato de Garantia, a partir desta data.
	2. Os termos utilizados neste Termo de Identificação dos Devedores, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Garantia. Em caso de conflito entre o presente Termo de Identificação dos Devedores e o Contrato de Garantia, este último prevalecerá.
	3. Os Direitos Creditórios Cedidos cujos Devedores são identificados no Anexo ao presente Termo de Identificação dos Devedores passarão a integrar a Cessão Fiduciária, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, observadas as disposições do Contrato de Garantia.

[4. O Saldo de Cessão Ajustado, na data de celebração deste Termo de Identificação dos Devedores, é de R$[•] ([•] reais).][4.] [**ou**] [5.] A Fiduciante declara ao Agente Fiduciário, na presente data, que **(a)** a Cessão Fiduciária não configura fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal, fraude falimentar ou crime de lavagem de dinheiro; e **(b)** as declarações prestadas conforme a cláusula 4 do Contrato de Garantia, conforme aplicáveis, permanecem verdadeiras.São Paulo, [**data**].

|  |
| --- |
| **VERT-16 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** |

|  |
| --- |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E****VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** |

Testemunhas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:RG nºCPF nº |  | Nome:RG nºCPF nº |

  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO AO TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES Nº [•]****RELAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número de CPF** | **Número de Benefício** | **Número de contrato** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

  |